

Índice

CAPÍTULO I

NOÇÕES PRELIMINARES

1. O litígio.....	17
2. Formas compositivas do litígio	22
3. O monopólio da administração da justiça. O processo	23
4. O processo absorveu as demais formas compositivas do litígio?...	26
5. O <i>jus puniendi</i>	27
6. O processo como complexo de atos e como relação jurídica.....	35
7. O Processo Civil e o Processo Penal	38
8. Unidade ou dualidade do Direito Processual?	39
9. Conceito de Direito Processual Penal	47
10. Autonomia do Direito Processual Penal	47
11. Instrumentalidade do Direito Processual	48
12. Nomenclatura.....	50
13. Finalidade	50
14. Posição no quadro geral do Direito.....	51
15. Relação do Direito Processual Penal com outros ramos do Direito e ciências auxiliares.....	52
16. Princípios que regem o Processo Penal.....	58
17. Verdade real	58
18. O princípio da imparcialidade do Juiz	63
19. Princípio do Juiz natural	65



20. Princípio da igualdade das partes.....	65
21. Princípio da paridade de armas.....	66
22. O princípio da persuasão racional ou do livre convencimento.....	67
23. Princípio da publicidade	68
24. Princípio do contraditório	72
25. Princípio da iniciativa das partes	77
26. <i>Ne eat iudex ultra petita partium</i>	78
27. Identidade física do Juiz	81
28. Princípio do devido processo legal	83
29. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos...	84
30. Princípio da presunção de inocência.....	88
31. Princípio do <i>favor rei</i>	101
32. Princípio do duplo grau de jurisdição	103

CAPÍTULO 2

DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO PROCESSO PENAL

1. O Processo Penal na Grécia.....	107
2. O Processo Penal em Roma.....	108
3. O Processo Penal entre os germânicos.....	112
4. O Processo Penal canônico.....	113
5. O sistema inquisitivo nas legislações laicas.....	113
6. As inovações após a Revolução Francesa.....	117
7. Tipos de Processo Penal	119
8. Direito pátrio	124

CAPÍTULO 3

EFICÁCIA DA LEI NO TEMPO

1. <i>Vacatio legis</i>	127
2. Ab-rogação. Derrogação. Ab-rogação expressa e tácita.....	128
3. Princípio da retroatividade.....	128
4. Princípio da irretroatividade. Ultra-atividade.....	130
5. Eficácia da lei penal no tempo.....	131
6. Eficácia da lei processual penal no tempo	142

CAPÍTULO 4

EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO

1. Eficácia da lei penal no espaço.....	159
2. O princípio da territorialidade. O da nacionalidade. O da proteção. O da Justiça Penal universal	160
3. Lugar do crime.....	169
4. Tempo do crime	176
5. Lei processual penal no espaço.....	177
6. Ressalvas	182

CAPÍTULO 5

INTERPRETAÇÃO

1. Noções	203
2. Interpretação autêntica.....	204
3. Interpretação doutrinal.....	204
4. Interpretação judicial	205
5. Interpretação gramatical	205
6. Interpretação lógica	206
7. Interpretação sistemática.....	207
8. Interpretação histórica	207
9. Interpretação extensiva e restritiva.....	207
10. Interpretação progressiva	209
11. Interpretação analógica.....	210
12. Analogia	211

CAPÍTULO 6

FONTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Sentido da palavra “fonte”.....	217
2. As fontes formais e substanciais.....	217
3. Classificação das fontes formais.....	218
4. Modalidades das fontes diretas	218



5. Fontes orgânicas	219
6. Fontes indiretas.....	220
7. Fontes secundárias	222
8. Inovações	225

CAPÍTULO 7

§ 1º — DA PERSECUÇÃO

1. Da investigação preparatória.....	233
2. Polícia.....	236
3. Divisão.....	236
4. Polícia de Segurança.....	237
5. Polícia Civil	237
6. Do inquérito policial	238
7. Finalidade do inquérito	240
8. Inquéritos extrapoliciais.....	241
9. Competência	244
10. O inquérito é indispensável?.....	249
11. Natureza do inquérito	252
12. Incomunicabilidade.....	260

§ 2º — DA PERSECUÇÃO

1. <i>Notitia criminis</i>	262
2. Início do inquérito	263
3. Instauração “de ofício”	264
3-A. Indiciamento.....	266
4. Instauração por meio de requisição.....	267
5. Instauração por meio de requerimento.....	268
6. Conteúdo do requerimento.....	269
7. A Autoridade Policial tem o dever de instaurar inquérito?	270
8. Pode a Autoridade Policial indeferir requisição do Ministério Público? E o requerimento do ofendido?	271
9. Providência que o ofendido pode tomar	272
10. <i>A delatio criminis</i>	273



11. Inquérito policial nos crimes de ação penal pública condicionada..	277
12. A hipótese de requisição do Ministro da Justiça.....	282

§ 3º — DA PERSECUÇÃO

1. O inquérito policial nos crimes de ação privada	285
2. A mulher casada e o direito de queixa	286
3. Prazo para requerer a instauração de inquérito	286
4. Conteúdo do requerimento	287

§ 4º — DA PERSECUÇÃO

1. Diligências	289
2. Apreensão de objetos e instrumentos do crime.....	292
3. Da busca e apreensão.....	293
4. Da ouvida do ofendido.....	295
5. Da ouvida do indiciado.....	296
6. Do reconhecimento	299
7. Das acareações.....	300
8. Dos exames periciais	302
9. Reprodução simulada.....	306
10. A identificação.....	307
11. Tipos e subtipos	315
12. Pode o indiciado recusar-se a ser identificado?	317
13. Folha de antecedentes	319

§ 5º — DA PERSECUÇÃO

1. Prisão em flagrante	321
2. O curador no auto de prisão em flagrante.....	323
3. Conclusão do inquérito	323
4. Indiciado menor	328
5. Relatório	330
6. Arquivamento	331
7. Controle externo da atividade policial	333
8. Juizado de Instrução ou Inquérito Policial?	335
9. Pode o Ministério Público investigar?	343

CAPÍTULO 8

§ 1º — DA AÇÃO

1. Noções gerais.....	347
2. Fundamento do direito de ação e base constitucional	350
3. Ação penal	352
4. Fundamento constitucional da ação penal	354
5. Natureza jurídica do direito de ação	355
6. Windscheid e Muther	357
7. Adolph Wach e a autonomia do direito de ação	359
8. Plòsz e Degenkolb	360
9. A teoria do direito potestativo	361
10. O conceito de direito de ação	363
11. O direito de ação no plano estritamente processual	364
12. O conceito de ação penal	368

§ 2º — DA AÇÃO PENAL

1. Enquadramento da ação penal no sistema legal normativo.....	371
2. A influência do Código de Instrução Criminal da França.....	372
3. A orientação do legislador pátrio de 1890.....	372
4. A orientação nos trabalhos legislativos de 1940.....	372
5. A opinião de Jorge A. Romeiro e de Vicente de Azevedo.....	372
6. Críticas de Frederico Marques.....	373
7. Normas penais e processuais	373
8. Classificação da ação penal	374
9. Classificação subjetiva.....	380
10. Razão de ser da divisão da ação penal e da subdivisão da ação penal pública.....	381
11. Subdivisão da ação penal pública	384
12. Ação penal pública incondicionada	387
13. Classificação quanto à pretensão	398

§ 3º — DA AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA

1. Ação penal pública condicionada	400
2. Ação penal pública condicionada à representação.....	400

3. Razão de ser.....	401
4. Crítica	402
5. Crimes cuja ação penal depende de representação.....	403
6. Natureza jurídica da representação	404

§ 4º — DA AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA

1. Ação penal pública condicionada	412
2. Representação	413
3. A quem é dirigida a representação?.....	414
4. Quem pode fazer a representação?.....	416
5. O ofendido incapaz e sem representante legal	416
6. Natureza jurídica do curador especial.....	417
7. Cessação da atividade do curador	417
8. Morte do ofendido	418
9. Retratação	420
10. É possível a retratação depois do oferecimento da denúncia?	421
11. É possível a retratação da retratação?	422
12. A pessoa que faz a representação é obrigada a definir juridicamente o fato?.....	424
13. Eficácia objetiva	424
14. Prazo para a representação.....	426
15. É possível a representação se o representante legal veio a saber quem foi o autor do crime quando a ofendida, que já o sabia estava com mais de 18 anos e 6 meses?	428
16. Prazo para a representação na hipótese do § 1º do art. 24 do CPP ..	429
17. Prazo para a representação nos crimes de imprensa	430
18. Como provar que o titular do direito de representação soube quem foi o autor do crime nesta ou naquela data?	430
19. Como se conta o prazo para a representação?	431
20. Ação penal nos crimes contra a liberdade sexual	434
21. Crimes contra a honra cometidos contra funcionário público em razão da função	447
22. A representação nos crimes tributários	451
23. Requisição do Ministro da Justiça	456
24. Ação penal no crime complexo.....	463



§ 5º — INÍCIO DA AÇÃO PENAL PÚBLICA

1. Como se inicia a ação penal pública condicionada ou incondicionada?.....	464
2. Instante inicial da ação penal pública	465
3. Conteúdo da denúncia.....	466
4. Prazo para o oferecimento da denúncia	478
5. Não oferecimento da denúncia no prazo legal. Consequências.....	483
6. Devolução do inquérito.....	484
7. Extinção da punibilidade	487
8. Guarda em cartório	487
9. Inviabilidade da relação processual	487
10. Arquivamento do inquérito	488

§ 6º — DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1. Noções gerais.....	514
2. Distinção entre ação penal pública e ação penal privada	515
3. Críticas à ação penal privada	516
4. Os crimes de ação penal privada no Código atual	520
5. Princípios.....	521
6. Quem pode promovê-la?.....	525
7. A mulher casada pode exercer o direito de queixa?.....	527
8. Pessoas jurídicas	529
9. Prazo	533
10. O prazo na hipótese do art. 31	535
11. Contagem do prazo	537
12. Divisão da ação penal privada	538
13. A morte do cônjuge ofendido na ação penal privada personalíssima	539
14. O ofendido incapaz e o direito de queixa na ação penal privada personalíssima.....	539
15. Despesas judiciais.....	542

§ 7º — OUTROS TIPOS DE AÇÃO PENAL

1. Ação penal privada subsidiária da pública.....	547
2. Quando ocorre	548

3. É inovação do CPP de 1942?.....	549
4. Prazo para oferecimento da queixa.....	550
5. Requerido o arquivamento dos autos do inquérito, poderá, ainda assim, o ofendido oferecer queixa substitutiva da denúncia?.....	553
6. Ação penal nos crimes falimentares.....	556
7. Ação penal popular.....	556
8. Ação penal <i>ex officio</i>	573
9. Outras modalidades de ação penal.....	580

§ 8º — INÍCIO DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1. Como se inicia a ação penal privada?.....	583
2. Ouvida do órgão do Ministério Público.....	584
3. A queixa poderá ser oferecida pelo próprio ofendido?.....	585
4. Prazo.....	588
5. Devolução do inquérito.....	589
6. Arquivamento.....	589

§ 9º — CONDIÇÕES DA AÇÃO

1. Introdução.....	590
2. O policiamento do exercício do direito de ação.....	590
3. As condições da ação.....	592
4. As condições da ação no Processo Penal.....	595
5. As atuais condições genéricas.....	596
6. As condições específicas.....	605

§ 10 — REJEIÇÃO DA DENÚNCIA OU QUEIXA

1. Rejeição da peça acusatória.....	612
2. Aspecto formal da denúncia ou queixa. Inépcia.....	612

CAPÍTULO 9

§ 1º — DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. A rejeição da denúncia ou queixa e a extinção da punibilidade	621
2. Que se entende por extinção da punibilidade?.....	621

3. As causas extintivas da punibilidade.....	622
4. O art. 107 do CP esgota todas as causas extintivas da punibilidade?.....	623
5. Morte do agente	624
6. Anistia, graça e indulto	633
7. Anistia.....	633
8. Graça e indulto	637
9. <i>Abolitio criminis</i>	643
10. Prescrição, decadência e perempção.....	644
11. Prescrição	644
12. Prescrição retroativa.....	655
13. Decadência.....	664

§ 2º — DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. Conceito de renúncia	669
2. Renúncia expressa e renúncia tácita	670
3. Extensão	674
4. Perdão	675
5. Divisão.....	676
6. Quem pode conceder o perdão?.....	677
7. Aceitação do perdão	679
8. Aceitação processual e extraprocessual	680
9. Extensão do perdão.....	681
10. Perdão e renúncia.....	681
11. Perempção	682
12. Quais as causas que determinam a perempção?.....	683
13. Perempção, renúncia e perdão	690
14. Retratação	691
15. <i>Subsequens matrimonium</i>	697
16. O perdão judicial, nos casos previstos em lei	697
17. O pagamento do tributo no crime de sonegação fiscal.....	700
 BIBLIOGRAFIA	 703

